

Figuras homéricas na literatura da Restauração

Homeric characters in the Portuguese Restoration Literature

André Simões

Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa
asimoes@letras.ulisboa.pt
ORCID: 0000-0003-3230-4597

Palavras-chave: Recepção, Literatura neolatina, literatura portuguesa, Literatura política, Restauração.
Keywords: Literary reception, Neo-Latin Literature, Portuguese Literature, Political Literature, Portuguese Restoration.

Se algum real paralelo houve entre D. João, duque de Bragança e futuro rei de Portugal, e o Aquiles de pés velozes da narrativa homérica, foi provavelmente e com abundante boa vontade a dilação, o avolumar de uma expectativa a cada dia mais tensa, o vai e vem e volta de embaixadas e emissários destinados a fazer sair do seu reduto o homem a quem viam como cabeça natural de um movimento que se queria vitorioso. Poderíamos até, com um esforço último de imaginação, equivaler a arrebatada Briseida ao reino perdido sessenta anos antes. Mas as semelhanças têm de cessar neste ponto. Porque D. João não estava encerrado em Vila Viçosa amofinado por Filipe II de Castela ter frustrado em 1580 as aspirações da avó Catarina. D. João parecia pelo contrário confortável, se não conformado, no remanso do paço, de onde saíra, inclusive, a acalmar a revolta popular que a História regista como a do Manuelinho, que entre 1637 e 1638 se levantou em Évora contra a opressão tributária castelhana. Não, D. João, que também não era filho de deusa, não parecia ter vontade de sair de Vila Viçosa e reclamar a Filipe IV o trono que os juristas diziam pertencer-lhe por direito – a ponto de tantos autores nos anos que se seguiram à Restauração se verem forçados a classificar esta aparente conformação com prudência e até com inspiração divina: não declarou Vieira, no “Sermão dos Bons Anos”, pronunciado a 1 de Janeiro de 1642, que tal como Cristo só fora circuncidado aos oito dias de vida, porque antes seria perigoso, assim também D. João houve precisão de esperar o tempo adequado para libertar o reino? É que de facto houve abordagens e tentativas, pelo menos desde 1639, no sentido de convencer o duque a encabeçar a revolução, conforme a oficial e panegírica “Relação de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso rei dom João o IV”, publicada em Lisboa em 1641. Assim, em

Maio de 1639, aproveitando uma deslocação de D. João a Almada, vieram muitas vezes ao seu encontro D. António Mascarenhas, D. Antão de Almada, e D. Miguel de Almeida, entre outros, instando-o repetidamente a tomar uma iniciativa. Tal como Aquiles a Ulisses e Ajax, o duque de Bragança recusou sempre. Não era ainda ocasião, dizia – quando dizia, porque, segundo desabafavam exasperados os fidalgos que o visitavam, “o duque é grande confessor: ouve e cala” (Azevedo, 1641, p. 4)¹. De regresso a Vila Viçosa, continuaram homens como o marquês de Ferreira a insistir, obtendo do duque nada senão evasivos “não é ainda ocasião”. O desespero chegou a ponto de, já em Agosto de 1639, se cogitar mandar vir da Alemanha o irmão mais de novo de D. João, D. Duarte, para encabeçar ele a revolta, ou até estabelecer uma república (Azevedo, 1641, p. 7). Pouparemos o leitor à relação das muitas outras embaixadas e insistências que se fizeram no sentido de tirar o duque do remanso de Vila Viçosa, recordando apenas que, segundo a mesma oficial “Felice Aclamação”, foi já no declinar de Novembro de 1640 que João Pinto Ribeiro e António Pais Viegas alcançaram o que Ajax e Ulisses não lograram: o assentimento de D. João e a resolução de reclamar a coroa usurpada a sua avó. Era sábado, dia 24 de Novembro, e ficou determinado que a revolução se daria uma semana volvida, no primeiro de Dezembro. Mas quem esperasse ver D. João, qual novo Aquiles, erguer-se terrífico à cabeça das hostes dos conjurados, bramindo e afugentando o inimigo castelhano, bem poderia aguardar igualmente o regresso de D. Sebastião. É que D. João permaneceu em Vila Viçosa, tendo entrado em Lisboa apenas na noite do já prudente 6 de Dezembro, quando a sorte da revolta parecia já segura.

Terá tido D. João as suas reais razões para tanta dilação na espera da ocasião acertada para abandonar a sua corte na aldeia, certamente prudentes e ponderadas, mas certamente diversas das do impetuoso Aquiles pastor de homens. A literatura panegírica, sem embargo, pouco caso faz da verosimilhança, quando se trata de exaltar reis e imperadores e outras pessoas de semelhante relevo – e abundante foi a ceifa de panegíricos nos primeiros anos da Restauração, deramada nos púlpitos das igrejas, inscrita em relações de sucessos, memoriais, e textos literários em geral: os papéis da Restauração, se nos permitem citar a feliz expressão de António Cruz. É na poesia, porém, graças às liberdades próprias do género, que o panegírico a D. João IV alcança maiores altitudes, ainda que nem sempre mais brilho. Temos aqui em mente aquele volume sobre o qual temos dedicado a nossa atenção há já algum tempo (Simões, 2013). Falamos dos chamados “Aplausos da Universidade”, publicados em 1641 em Coimbra num volume *in quarto*, deficientemente organizado e paginado. Os problemas, sobre os quais não nos vamos aqui deter, vão ao ponto de o título não constar da primeira página, que apenas declara “Inuictissimo Regi Lusitaniae Ioanni IV Academia Conimbricensis libellum dicat in felicissima sua aclamatione”, mas apenas do cabeçalho das páginas ímpares.

¹ Aqui como em todas as citações subsequentes modernizámos a ortografia, salvo nas situações em que pode revelar a pronúncia própria da época.

As novas da Restauração chegaram a Coimbra no dia 5 de Dezembro de 1641, como se pode ler na introdução do volume, para grande contentamento da comunidade académica, nomeadamente dos estudantes, que largaram as capas e percorreram a cidade a dar vivas ao novo rei. Havia, porém, que celebrar o sucesso de forma condigna e pensada. No dia 1 de Janeiro de 1641 houve cortejo académico, e no dia da festa da Epifania decretaram-se prémios para quem melhor louvasse o novo rei em versos que só podiam estar em quatro línguas: latim, português, castelhano e italiano. Os prémios foram divulgados no dia 8 de Fevereiro, tendo sido expostos na sala grande dos autos os melhores “epigramas, e poesias de tanta arte e engenho como se vê das que se seguem”. Ora, perante tamanho fervor patriótico, entristece-nos dizer que o cuidado e o engenho da generalidade das composições são equivalente ao cuidado posto na organização e paginação do volume: desajeitados, confusos, em alguns casos indigentes, mesmo tendo em conta o pouco tempo que tiveram os autores anónimos que podemos ler nestes aplausos, e mesmo reconhecendo o engenho requerido aos autores de um epílio de 535 versos e mais 5 elegias de dimensão considerável, em língua latina. O que também torna esta obra um importante e fascinante documento da sua época.

Mas, insistimos, a desinspiração é generalizada, e desproporcional ao entusiasmo. Isto é especialmente notório nas 51 composições breves em língua latina (epigramas, elegias e odes), onde abundam as fénixes renascidas, os Alexandres, os Césares, os Ciros, os Hércules e os Teseus e todas as outras imagens esperadas na literatura panegírica. Poucas são, porém, as imagens homéricas, talvez porque de todos os guerreiros aqueus e troianos os mais célebres ou têm já um fado conhecido e bem estabelecido, como Eneias, ou tiveram fim trágico, como Aquiles e Heitor, que não se deseja ao novo monarca português. Outros heróis, como Diomedes, talvez tenham pagado o preço de uma fama menos generosa na cultura ocidental. Por outro lado, num momento de entusiasmo mesclado de incerteza (estamos, recordo, em Janeiro de 1641) são mais seguros os heróis históricos, como César ou Alexandre, abundantes nestas composições, que mau grado a sua morte extemporânea deixaram marca inegável no mundo real; ou então figuras assumidamente alegóricas, como a previsível Fénix ou o evidente Marte.

Encontramos, ainda assim, algumas poucas imagens homéricas nestas composições. Podem elas ser meros artifícios retóricos, como o hábil decástico da página 52r, um engenhoso exercício formal que espelha nos 5 dísticos derradeiros os 5 primeiros. Nele se fazem os tradicionais votos de êxito e paz ao novo rei, pastor legítimo do redil lusitano, a quem se deseja vida longa – ou melhor, “nestorios annos”, que a D. João IV não se pode desejar menos do que a idade avançada do pio Nestor homérico. A imagem é desinspirada e escolar, mas admitamos que o autor anónimo a escolheu em detrimento de outras por querer equivaler a conhecida religiosidade de D. João IV à piedade de Nestor, que nos surge no canto terceiro da Odisseia precisamente levando a cabo uma cerimónia religiosa.

A mesma imagem brota num epigrama em oito dísticos elegíacos (53v), cuja desinspiração é desde logo agoirada pela chusma de letras gregas que talvez quisessem dizer “octastichon”. A D. João deseja-se felicidade, o favor de Júpiter e das Parcas, e vida longa; ou melhor, os anos de Nestor e os dias do nímida Massinissa:

Sis felix nimium precor, et tua stamina Parcae

concordes ducant, augeat ipse Tonans.
 Tum quoque fas superes annosi Nestoris annos
 et Massinissa suos donet habere dies.

Feliz sejas, peço, e que as Parcas os teus fios
 fiem concordés, e os aumente o próprio Tonante:
 lícito seja, também, que do anoso Nestor superes os anos,
 e que Massinissa os seus dias te permita teres.

O epigrama prossegue em tom bélico, desejando ao novo rei triunfos superiores aos de César.

Caesareos utinam uincas generose triumphos
 sub pedibusque tuis sors sua sceptrum premat.
 Sis requies animosa tuis, sis laeta parentum
 gaudia, sis populi gloria Lisiaci.

Oxalá os cesáreos triunfos com nobreza venças,
 e sob os teus pés a sorte os seus ceptros esmague.
 Sossego animoso sejas para os teus, dos antepassados
 ledas alegrias, glória sejas do povo Lisíaco.

Aqui vemos patente o que acima dizíamos: dos temas homéricos apenas se toma um lugar-comum mitológico, os nestóreos anos que lemos em tantos outros lados ao longo dos séculos. Mais, acham-se estes anos do velho Nestor após um dístico inicial que convoca as Parcas e Júpiter, sublinhando assim o seu carácter alegórico. Já os cesáreos triunfos deseja-se que sejam bem reais, palpáveis - e não é inverosímil ler aqui alusões ao sonho então bem vivo do Quinto Império.

Nas páginas 63v e 64r podemos ler outro epigrama panegírico, um decástico mais inspirado e preñado de sentidos, mais hábil até do ponto de vista da composição. A primeira parte é constituída pelos primeiros três dísticos, integralmente preenchidos com interrogativas directas variadas nos elementos que as introduzem (quisnam, quisue, quis, numquid, an). Cria-se assim o crescendo, a tensão necessária para a resolução triunfal de ressonâncias épicas dos dois dísticos finais.

Os primeiros dois dísticos desta primeira parte são de inspiração evidentemente cristã, com ecos inegáveis de Quinto Império: D. João IV está destinado a esmagar o infiel muçulmano, de forma a estabelecer na terra o império de Cristo:

Quadrupedante potens quisnam teret agmina Turcae,
 et premet horrendo Punica regna iugo?
 Quisue procul uastum generoso terreat orbem
 milite, quo Christi regnet ubique fides?

Quem poderoso em cavalos desbaratará as tropas do Turco,
 e os reinos púnicos com horrendo jugo esmagará?
 Quem de longe o vasto orbe há-de aterrar com nobre soldado,
 para que em toda a parte a fé de Cristo reine?

O terceiro dístico encerra esta primeira parte com mais uma série de perguntas que culminam numa interrogativa dupla. Saímos do campo cristão, da ideia

que para tantos era então real de que D. João podia estabelecer o Quinto Império de Cristo, e voltamos para o campo da lenda e do mito. Porque nos voltamos também para o interior de cada um dos portugueses, da coragem que é preciso incutir em cada um quando se receia a qualquer momento a reacção castelhana.

Denique Lysiadum firmet quis pectora? Achilles
nunquid an alatis hic erit Hector equis?

E quem, por fim, os líbios corações firmará? Aquiles,
porventura, ou será este Heitor em cavalos alados?

O autor convoca os dois maiores guerreiros homéricos, o aqueu Aquiles e o troiano Heitor, inimigos de morte. Será Aquiles que vem em nosso auxílio, será Heitor? Não nos vamos aqui deter na imagem desconcertante de Aquiles e Heitor em cavalos alados, provavelmente um piscar de olhos a Perseu montado em Pégaso vindo em auxílio da pobre Andrómeda, porque na verdade o que nos parece importante é precisamente esta união de dois inimigos irreconciliáveis, os mais poderosos que puseram o pé nas praias de Tróia. É que a segunda parte abre com uma negação enfática: “non, imo”.

Non, imo Alphonsi magna de stirpe Ioannes,
Rex, pater, et regni gloria Lysiaci.

Hunc cole ductorem pia Lysia: uerus Achilles
Hic, Venus, qui te protegat Hector erit.

Não, de modo nenhum: ele é João, da magna estirpe de Afonso,
rei, pai e glória do reino lisíaco!

Venera, pia Lísia, este chefe! Vero Aquiles
ele será, um Heitor, Vénus, para te proteger!

Não é um Aquiles, não é um Heitor, é alguém que concilia e reúne o poder dos dois: D. João, legítimo rei de Portugal porque descendente do seu primeiro rei. E ele é um verdadeiro Aquiles, um verdadeiro Heitor: os dois maiores heróis homéricos que se unem na pessoa do novo rei para proteger Portugal.

São raras as figuras homéricas neste mar de Fénixes, Alexandres, Hércules e Césares. Neste volume de dimensões apesar de tudo não modestas, não lobrigámos mais do que estas que aqui deixamos. Pragmatismo português, num contexto de revolução e na expectativa de uma guerra bem real, em que mais importava a convocação de guerreiros, generais valorosos de carne e osso, com vitórias e conquistas palpáveis, temperadas com imagens de heróis claramente confinados no universo literário? Limitações de quem, recordemo-lo, terá tido não mais que trinta dias para compor o melhor que pôde, recorrendo a imagens previamente memorizadas, a exercícios reciclados? Um pouco de tudo isto, certamente. Mas que importa, quando pelas linhas pouco inspiradas, às vezes medíocres deste volume perpassa o evidente júbilo da restauração da monarquia portuguesa, e

são por isso documento importante deste período tão marcante, mas – paradoxo dos paradoxos – tão pouco considerado da nossa História?

Referências bibliográficas

- Azevedo, N. d. (1641). *Relaçã de tudo o que passou na felice aclamação do mui alto, & mui poderoso Rey Dom Joaõ o IV nosso senhor*. Lisboa: Lourenço de Anveres.
- Invictissimo Regi Lusitaniae Joanni IV. Academia Conimbricensis libellum dicat in felicissima sua acclamatione*. (1641). Coimbra.
- Simões, A. (2013). Os Clássicos na literatura da Restauração: os Applausos da Universidade de Coimbra. In Paula Morão, Cristina Pimentel, *A Literatura Clássica ou os Clássicos na Literatura: uma (re)visão da literatura portuguesa das origens à contemporaneidade* (pp. 63-80). Lisboa: Campo da Comunicação.

Resumo

O 1.º de Dezembro de 1640 viu nascer não só uma nova dinastia em Portugal mas também todo um manancial literário de apoio à nova monarquia portuguesa. Ao longo das três décadas de guerra que passaram desde a revolução até à Paz de Lisboa produziram-se em Portugal inúmeros documentos para consumo interno e externo: tratados jurídicos, relações de batalhas, gazetas, memoriais, mas também sermões e panegíricos, sempre com o objetivo de justificar jurídica e politicamente a restauração da monarquia portuguesa, mas também louvar o novo rei e seus descendentes. O nosso estudo foca um tipo particular de louvor e justificação: por um lado os tópicos panegíricos da emulação por parte de D. João IV dos heróis homéricos, concretamente de Aquiles; por outro lado a justificação da antiguidade do reino de Portugal, fundação e descendência dos mesmos heróis homéricos.

Abstract

The Portuguese revolution of December 1640 saw the birth not only of a new dynasty in Portugal but also of a whole literary source of support for the new Portuguese monarchy. Over the three decades of war that passed from the revolution to the Peace of Lisbon, numerous documents were produced in Portugal for internal and external consumption: legal treaties, battle reports, gazettes, memorials, but also sermons and panegyrics, always with the objective of juridically and politically justifying the restoration of the Portuguese monarchy, but also praising the new king and his descendants. This paper focuses on a particular type of praise and justification: on the one hand, the panegyric topics of emulation by King John IV of the Homeric heroes, specifically of Achilles; on the other hand, the justification of the antiquity of the kingdom of Portugal, foundation and descendants of the same Homeric heroes.